

A DESCENTRALIZAÇÃO ESPACIAL DOS PRESÍDIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO E A FACE PERVERSA DO NEOLIBERALISMO MATERIALIZADA NO OESTE PAULISTA

Prof^ª dr^ª Izabel Castanha Gil

AGB Presidente Prudente

Docente do CEETEPS (Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza) e da FAI (Faculdades Adamantinenses Integradas)

izabelgil.adt@uol.com.br

Resumo

Objetiva-se, neste artigo, apresentar uma análise geográfica sobre o fenômeno da descentralização espacial dos presídios realizada pelo governo do Estado de São Paulo, a partir da segunda metade da década de 1990, sob a perspectiva do desenvolvimento regional. Apresenta-se a conjuntura nacional, estadual e regional em que se deu essa descentralização. Tendências neoliberais impostas pelo processo de globalização estimularam rearranjos nos processos produtivos empresariais, visando a redução de custos para ganhar competitividade mundial. Intensificaram-se a automação industrial e a sofisticação do terciário. Impôs-se a nova modernidade sobre um tecido social com fragilidades crônicas, cujo rescaldo se fez sentir nas altas taxas de desemprego. Como consequência, vivenciou-se a agudização da segurança pública, particularmente na Região Metropolitana de São Paulo. A condição anacrônica do sistema prisional brasileiro corroborou para uma situação insustentável, que urgia por intervenção e respostas. Tais circunstâncias levaram o governo paulista a incrementar as políticas no setor de segurança, construindo, em 1997, 21 penitenciárias e três presídios semi-abertos, a maioria no interior paulista. Numa sub-região denominada Nova Alta Paulista, nessa fase, foram construídos quatro presídios num raio de menos de oitenta quilômetros. Nos anos seguintes, outros presídios foram construídos nessa sub-região, totalizando, em 2008, nove unidades prisionais que abrigam mais de 10.000 detentos. A descentralização espacial dos presídios deve-se, em grande parte, à aguda crise fiscal e orçamentária do Estado nesse período, levando-o a buscar parcerias com os municípios interioranos, principalmente com os mais pobres. O discurso da geração de emprego seduziu autoridades e lideranças, desconsiderando manifestações das comunidades locais, preocupadas com os impactos decorrentes. Permanecem incipientes as discussões que contemporizam o desenvolvimento regional com a presença dos presídios e as políticas centrais futuras para o setor da segurança pública. Como técnicas e métodos de pesquisa, buscou-se construir um arcabouço teórico que permita a compreensão do fenômeno identificado no contexto histórico do final do século XX. Considerando a inter-relação entre os agentes envolvidos, buscou-se também conhecer os elementos regionais que contribuíram para que os gestores públicos e as lideranças locais compactuassem com a decisão do governo estadual, desconsiderando as manifestações comunitárias. Identificou-se como causa principal a condição desfavorável de desenvolvimento dos municípios que sediaram as unidades prisionais e a conseqüente dependência dos mesmos em relação às ações governamentais. Por outro lado, a dificuldade de articulação política intra-regional dificulta a mobilização dos segmentos organizados, de modo a transformar as políticas compensatórias disponibilizadas em função da recepção dos presídios em políticas afirmativas em favor do desenvolvimento local.

Palavras-chave: neoliberalismo – descentralização espacial dos presídios – Nova Alta Paulista – desenvolvimento regional

Introdução

Nesse artigo, discute-se a descentralização das penitenciárias no Estado de São Paulo, ocorrida a partir da segunda metade da década de 1990, sob a perspectiva geográfica do desenvolvimento regional: o porquê da concentração locacional das unidades prisionais no Oeste paulista, uma região com indicadores socioeconômicos inferiores à média estadual. Toma-se como referência uma área denominada Nova Alta Paulista, composta por trinta e um municípios, sendo que vinte e sete têm menos de vinte mil habitantes. Ressalta-se o aceite da recepção das unidades prisionais pelos agentes políticos locais, sob o discurso da geração de empregos e das políticas compensatórias, desconsiderando as manifestações populares contrárias.

Município de Pracinha, Oeste paulista, Nova Alta Paulista. População residente em 2000: 1.431 habitantes (IBGE, Censo 2000). População residente em 2006: 1.395 habitantes (Seade, 2006). Nesse período, registrou-se uma taxa negativa de crescimento da população de -0,52%. Considerando-se, porém, a população carcerária recebida após dezembro de 2001 (1.063 detentos – SAP, 28/12/2006), houve um incremento demográfico de 76,2%, perfazendo um total de 2.445 habitantes.

O caso emblemático de Pracinha ajuda a compreender a fase recente da segurança pública no Brasil, particularmente do Estado de São Paulo. Sem esgotar uma temática de alta complexidade, nesse artigo ela será tratada sob a ótica das contradições imanentes às economias de mercado, particularmente a brasileira, que se inclui entre as que ostentam os maiores índices de desigualdade socioeconômica do mundo.

Nas primeiras décadas do século XX, a capital paulista já reunia estruturas suficientemente favoráveis para desencadear um movimento centrífugo que a colocaria em condições ímpares na realidade nacional. O apoio da União, que transformara a Região Metropolitana de São Paulo em uma das prioridades das políticas de desenvolvimento, sob o paradigma do nacional-desenvolvimentismo, agilizou a sua consolidação como pólo de aglomeração. Sem controle sobre os limites do crescimento, com a herança histórica da concentração de riqueza, e sem preocupação quanto ao acirramento das desigualdades regionais, o que se viu foi a materialização de um fenômeno surrealista: crescimento desordenado da urbe e segregações aviltantes. Tais fatos são comprovados nas estatísticas de rendimento salarial, acesso aos serviços públicos, condição do domicílio, indicadores quantitativos e qualitativos de educação e saúde, entre outros, atestando um extraordinário fosso que se instalou entre os habitantes de uma mesma cidade. Destaca-se a enorme tensão que se estabeleceu entre a sociedade e a natureza, colocando em risco a saúde de todos, incluindo aí os seres humanos, as plantas e os animais.

A Nova Ordem Mundial impôs a refuncionalização das áreas-pólo, atingindo o coração da Região Metropolitana de São Paulo. Questões de ordem econômica, locacionais e mercadológicas, especialmente, já vinham empreendendo a desconcentração industrial da RMSP (Região Metropolitana de São Paulo) para o interior paulista e para outras regiões brasileiras desde os anos de 1970. A metrópole, no entanto, ainda continuava atraindo um contingente significativo da população economicamente ativa.

A globalização acelerou esse processo atingindo os pólos de aglomeração assentados no modelo fordista caracterizado pela produção em série, alta absorção de mão-de-obra, especialização do trabalho, e voltado à produção de bens de consumo destinados ao mercado interno. A atenção voltou-se à racionalização da produção, com vistas à redução de custos, o que levou à automação industrial e à sofisticação do terciário, especialmente nos setores de telecomunicações e de informática. A financeirização do capital na fase contemporânea também inspirou mudanças profundas nas relações econômicas, trabalhistas e sociais. Criaram-se as condições estruturais e conjunturais para a qualificação das tarefas e funções: introduziram-se novos conceitos nas relações de trabalho e pressionou-se pela incondicional retração do Estado. Dados do Ministério do Trabalho atestam que entre 1990 e 1996 o desemprego se estendeu a 2,4 milhões de brasileiros; entre julho de 1994 e janeiro de 1997, houve a eliminação de 755 mil empregos formais. Impôs-se a modernidade sobre um tecido social com fragilidades crônicas: implantou-se o caos, sobrepondo-se o novo sobre velhas e desgastadas estruturas. O rescaldo dessa extraordinária incompatibilidade fez-se sentir nas altas taxas de desemprego. Estas, associadas à debilidade das estruturas públicas acessíveis aos cidadãos, resultaram na violência debelada e aterrorizadora que se vivenciou principalmente a partir da segunda metade da década de 1990.

O neoliberalismo manifesta-se na (in)segurança pública da metrópole

O sistema prisional brasileiro arrastava sintomas agudos de crise já há um bom tempo, sem um consenso sobre formas mais eficazes de solução. Destacam-se as tentativas de inovação implantadas no governo de Franco Montoro (1983-1987) no quadro da Política de Humanização dos Presídios, porém, disputas de poder entre grupos e instituições, com a vitória de setores mais reacionários do PMDB, provocou recrudescimentos das concepções do grupo anterior. A crise na segurança pública e o colapso no sistema penitenciário, agudizados com a chacina no Complexo Penitenciário do Carandiru (Casa de

Detenção de São Paulo), em 1992, quando cento e onze detentos foram assassinados, levaram a uma situação insustentável que urgia por intervenção e respostas.

O agravamento da deterioração das condições sociais, imposto pela conjuntura político-econômica, provocou a intensificação da violência, principalmente ao longo da década de 1990. Tais circunstâncias levaram o governador Mário Covas, a partir de 1997, a acelerar as políticas no setor de segurança, anunciando, naquele ano, a construção simultânea de 21 penitenciárias e três presídios semi-abertos, a maioria no interior paulista. Desse total, 13 foram construídos no Oeste paulista, sendo que três deles, mais um presídio semi-aberto, foram construídos na Nova Alta Paulista, num raio de cinquenta quilômetros. A descentralização dos presídios deve-se, em grande parte, à crise fiscal e orçamentária aguda do governo estadual, levando-o a buscar soluções nos municípios, principalmente nos mais pobres.

Entre 2001 e 2005, outros presídios foram construídos e a Nova Alta Paulista recebeu mais cinco unidades prisionais. No conjunto, esses dez presídios disponibilizam 7.408 vagas. Em janeiro de 2007, a população carcerária contabilizada pela Secretaria de Administração Penitenciária somava 10.446 detentos, com acréscimo, portanto, de 41% na sua capacidade de suporte.

Seria coincidência essa nova espacialização das políticas públicas no setor de segurança? A manifestação perversa da globalização, embalada pelas concepções neoliberais, materializava-se de modo diferenciado em todo o mundo. No Brasil, e em tantos outros países subdesenvolvidos industrializados, as evidências passaram a expressar-se nas regiões concentradas, implodindo os sistemas produtivos do passado e provocando amargas rupturas na já debilitada organização social. Em boa parte do interior paulista, pequenas e médias empresas encerraram as suas atividades, intensificando a crise econômica com influência direta na oferta de emprego.

Nesse contexto, foram estimadas dezoito mil vagas de trabalho para as novas unidades prisionais, com investimentos de R\$ 230 milhões (GOES, 2004). Os discursos alardeavam dois aspectos convergentes: o alívio prometido à sociedade, com a descentralização da população carcerária e a oportunidade de milhares de novos empregos para as regiões interioranas.

A Nova Alta Paulista e a recepção dos presídios

A Nova Alta Paulista compreende uma área localizada no espigão divisor Peixe-Aguapeí, no extremo Oeste paulista. É formada por trinta e um municípios membros da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP), onde residem cerca de 375.000 habitantes (IBGE, Censo 2007).

Desse total de municípios, dezessete (54,8%) têm menos de dez mil habitantes, dez (32,2%) têm dez mil e vinte mil habitantes, três (9,7%) têm entre trinta e quarenta mil habitantes e apenas um (3,2%) têm mais de sessenta mil habitantes. No conjunto, essa área representa 3,5% do território paulista, 0,9% do total da população, 0,9% dos eleitores, 1,5% do total de arrecadação tributária e responde por 0,5% do PIB estadual (IBGE e Seade, 2008). As médias municipais de PIB e de renda per capita colocam-se abaixo das médias estaduais, embora os indicadores sociais e ambientais, como escolaridade, longevidade e saneamento se coloquem como satisfatórios.

Sua economia baseia-se no setor agropecuário, com destaque para a atividade sucroalcooleira, pecuária de corte e leite e produção de cereais. Isoladamente, um município – Bastos – destaca-se na produção de ovos e carne de frango e dois municípios – Paulicéia e Panorama – destacam-se na indústria ceramista. A atividade industrial mais expressiva refere-se às usinas e destilarias de açúcar e álcool, curtume, laticínios, algumas outras indústrias alimentícias, mobileira e de confecções e outros itens menos expressivos.

Algumas desvantagens comparativas e competitivas colocam-se como dificultadores do desenvolvimento regional, como distância dos principais centros consumidores, mercado regional de baixo poder aquisitivo, ausência de matérias-primas estratégicas e de indústrias motrizes, inexistência de pólos tecnológicos ligados a universidades, e, politicamente, uma considerável dificuldade de articulação inter e intra-regional. Destaca-se, ainda, o perfil situacionista da maior parte dos gestores públicos municipais, evidenciando a condição de dependência econômica e política desses municípios. Entre os principais desafios ao seu desenvolvimento destacam-se o desemprego e a perda de população, principalmente de jovens e adultos em idade ativa.

O fenômeno estrutural da abertura do país à economia globalizada, a partir da década de 1990, atingiu a Nova Alta Paulista numa fase interna de fragilidades e de indefinições econômicas, que se arrastava desde meados da década de 1970. O apelo do governador para que os prefeitos demonstrassem interesse na instalação dos presídios encontrou eco principalmente nos municípios com dificuldades para minimizar as causas e os efeitos do desemprego.

Mais uma vez a dialética fundante das economias de mercado exterioriza-se na nova forma de interdependência que se estabeleceu entre “os espaços luminosos” e “os espaços opacos” identificados por Milton Santos (2003). Mudam-se a época, o lugar, e o conteúdo, permanece a forma. Com os presídios, a Nova Alta Paulista inseriu-se definitivamente na era globalizada não pelas portas das vantagens comparativas do comércio, nem pelas portas das vantagens competitivas mediadas pelas

inovações tecnológicas, mas pelas sutilezas da dialética que se escondem na assimetria das relações de poder.

A Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) assim se manifestou em relação ao questionamento quanto à descentralização espacial dos presídios para o interior paulista:

A construção de novas unidades prisionais leva em conta alguns critérios, entre eles: a- necessidade de ampliação do número de vagas prisionais para abrigo dos detentos; b- disponibilidade por parte do poder municipal de oferta de área viável e adequada para a construção da unidade; c- solicitação de instalação de unidade (ou unidades) no município. Especialmente na região da Alta Paulista, a SAP só construiu unidades prisionais nos municípios em que os prefeitos fizeram a oferta de terrenos adequados e viáveis à construção. (Assessoria de Imprensa da SAP <imprensa@sap.sp.gov.br> Contato em 20/1/2006)

Em 1997, Junqueirópolis candidatou-se para sediar uma das unidades prisionais a serem construídas no interior. O executivo municipal tomou a decisão após consulta à Câmara Municipal e a todos os segmentos organizados da cidade. Assim se pronunciou Hélio Ap. Mendes Furini, prefeito da cidade a essa época:

A prefeitura tem arquivado todos os ofícios em que esses segmentos se manifestaram favoravelmente. Após esses anos de convivência com o presídio e analisando os dados estatísticos, pode-se dizer que as vantagens superam as desvantagens e não há motivos para reclamar por termos abrigado uma unidade prisional. (Entrevista concedida em 29/11/2006)

Walter Luiz Martins era prefeito de Osvaldo Cruz em 2002, quando o governo estadual promoveu a construção de mais alguns presídios no interior. Em entrevista concedida em 22/1/2007, ele comenta:

Todos os segmentos da comunidade foram consultados; formamos comissões e visitamos cinco presídios. A Câmara aprovou o projeto e os documentos favoráveis (a maioria) estão arquivados na prefeitura. O presídio gera emprego e renda ao município. São cerca de 260 vagas com salário médio de R\$ 1.500,00. Então, são cerca de R\$ 390.000,00/mês que passam a circular no comércio daqui e de outras cidades onde residem os funcionários. Além disso, há outros benefícios: a jornada de trabalho é de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, o que permite que muitos desempenhem outras atividades, complementando a renda. Vários itens da alimentação dos detentos são oferecidos pelo município, além de outros itens indiretos, como combustível, manutenção dos carros dos funcionários, por exemplo. O problema mais grave ocorreu em relação à saúde. As pessoas sentem-se constrangidas e intimidadas ao verem os presos atravessarem as salas de espera da Santa Casa. Para evitar isso, adaptamos duas salas com entrada e saída próprias para os pacientes presidiários.

Um grupo de cidadãos manifestou-se contrariamente, mas a Câmara Municipal se manteve favorável e aprovou o projeto. O presídio foi inaugurado poucos meses depois.

Flórida Paulista optou por sediar uma unidade prisional em 2004, sem que a população se manifestasse. A maior parte dos vereadores posicionou-se favoravelmente e o projeto foi aprovado. O vereador Silvano Marcos Crepaldi (PTB) coloca seus argumentos:

Eu sempre fui a favor, pois trabalho no presídio local. Se não fosse ele, eu não estaria morando na minha cidade natal. Como as coisas andam difíceis por aí, onde estaria eu agora? (Entrevista concedida em 5/1/07)

Em 2006, quando o governador anunciou a construção de algumas unidades da FEBEM no interior, a maior parte dos vereadores daquela cidade manifestou-se favoravelmente. A população, que não havia se manifestado na época da construção do presídio, posicionou-se contrária à construção da nova unidade. O prefeito preferiu a audiência pública e acatou a decisão da comunidade. A professora Clélia, uma das líderes do movimento contrário à instalação da unidade da FEBEM, comenta:

Quando o presídio foi construído aqui, em 2004, a população não atentou para o fato. As rebeliões recentes em todo o Estado de São Paulo nos acordaram. Nossa região tem uma super concentração de presídios e não sabemos o impacto disso no futuro. Por que aceitar, sem reflexão, a instalação de mais um? Tratava-se de uma unidade da FEBEM, mas não importa, é preciso reflexão. Entre os vereadores, dois posicionaram-se terminantemente contra, registrando em ata essa decisão. Os outros sete, posicionaram-se a favor. Fiquei incomodada e procurei outras amigas e pessoas da comunidade, também assustadas. Os argumentos das autoridades a favor eram “o progresso e os empregos” que o presídio traria aos flordenses. Pedi aos alunos para buscarem informações junto às três principais empresas do município para ver se todos os empregos que geram são ocupados por moradores daqui (e não são). Um concurso público estadual não se limita a um único município. Já temos um presídio, então, verificamos se aumentou o número de policiais e de viaturas na cidade, o número de atendentes no posto de saúde e na santa casa e verificamos que tudo continuava como antes. A cidade era a mesma e receberíamos centenas de “novos moradores”. Quais seriam os impactos disso? Que garantia teríamos? Fizemos uma passeata, apresentamos os resultados do levantamento ao prefeito e aos vereadores, lemos alguns textos argumentativos, e os vereadores solicitaram a realização de uma outra sessão para ratificar a ata, pois muitos deles mudaram de idéia. O projeto não foi aprovado e a unidade da FEBEM não foi construída aqui. (Clélia M Corveloni Pardiniho, 41 anos, professora. Entrevista concedida em 5/2/07)

A experiência de Tupi Paulista apresenta outras características. Em 2004, o prefeito mostrou interesse em abrigar uma unidade prisional e, para isso, contava com o apoio da maior parte dos vereadores. A população reagiu. Em relação ao fato, lembra-se o ex-prefeito:

Tupi Paulista tinha uma população em torno de 13.000 habitantes e a divisão do FPM [Fundo de Participação dos Municípios] é proporcional ao número de habitantes. Como perdemos muita gente nos últimos anos, ficamos com o menor índice de arrecadação: 0,8%. A diferença para atingirmos 1% era de apenas 200 pessoas e isso representaria um acréscimo de 25% no total da receita. Recebíamos R\$ 400.000,00/mês e passaríamos a receber R\$ 100.000,00 a mais. Os presos supririam a diferença. Além desse fator orçamentário, havia os empregos e o incremento no comércio local, com o abastecimento do presídio. Quanto à segurança, outros municípios já tinham abrigado presídios e não apresentavam problemas. Inicialmente eu era contra, mas diante dos fatos e dos números, mudei de idéia. (Aristides Alonso Portela, 62 anos, PSDB. Entrevista concedida em 5/2/07)

A professora Maria Helena, líder do movimento contrário à instalação do presídio, comenta:

Tudo é uma questão de interesse político. Admitimos a contradição da sociedade: não queremos bandidos nas ruas e também não queremos presídios. Como conciliar isso? Em Tupi Paulista, havia uma questão orçamentária séria e os vereadores eram favoráveis ao prefeito. Entendíamos a situação, mas nos preocupava o fato de os prefeitos aceitarem tantos presídios, um tão perto do outro, sem reflexão. O que pode nos acontecer no futuro? Por meio do Comseg [Conselho Municipal de Segurança], fizemos várias reuniões com juízes, promotores, delegados, líderes de bairros, presidentes de associações e entidades, líderes de diferentes

igrejas, e com a população. A maioria era contra, mas a Câmara aprovou o projeto, desde a compra do terreno. Perdemos a batalha. O que fazer? O prefeito atual sugeriu a idéia de criarmos uma ONG para atuar dentro do presídio, sendo essa uma iniciativa apoiada pelo governo estadual. Hoje, essa ONG funciona como um instrumento de controle social e há total transparência na administração da unidade prisional e na atuação da comunidade. Recentemente, havia a possibilidade de o município receber uma unidade da FEBEM. O prefeito realizou uma audiência pública e ouviu a sociedade. A decisão foi não e ele acatou. (Maria Helena de A Ferreira, 60 anos, professora aposentada, atual secretária de Cultura do município, e presidente do Conseg. Entrevista concedida em 4/2/07)

A entrevista com o diretor da unidade prisional de Tupi Paulista confirma as observações da professora Maria Helena:

Este presídio não abriga nenhum membro de facção criminosa. Recentemente, houve algumas rebeliões em presídios da região e aqui tudo continuou muito calmo. A população tranqüilizou-se mais. A parceria com a ONG Esperanto funciona muito bem: grande parte dos trabalhos operacionais é realizada por funcionários contratados por ela e o Estado repassa o dinheiro. Temos sete advogados, cinco auxiliares de enfermagem, dois enfermeiros padrão, dois médicos, três dentistas, uma nutricionista, cozinheiros, pessoal de limpeza, e outros. Os detentos são atendidos mais prontamente e seus processos criminais são mais ágeis. A equipe trabalha muito bem e quando alguém deixa a desejar é fácil substituir, pois não são funcionários concursados. Além da agilidade, esse sistema permite transparência, o que contribui para ganhar credibilidade junto à comunidade. Temos um diretor administrativo concursado que fiscaliza o trabalho da ONG, mas, até o momento, só temos resultados positivos. (Ildebrando Costa Bibanco, 44 anos, diretor da unidade prisional de Tupi Paulista. Entrevista concedida em 5/2/2007)

Elaine Fortes, presidente da ONG Esperanto, destaca que, em 2006, havia várias ONG atuando em presídios. A mudança de secretário da Secretaria de Administração Penitenciária, em razão da fase aguda das rebeliões nos presídios, levou à revisão dessa experiência adotada pelo Estado. Somente quatro tiveram os seus convênios reafirmados, sendo que uma delas é a de Tupi Paulista. Ela comenta:

Quem trouxe a possibilidade desse convênio foi o atual prefeito. Trata-se de uma iniciativa do próprio Estado, sendo que a segurança e a disciplina são de sua responsabilidade. Fundamos uma ONG que atua na parte administrativa: limpeza, manutenção, alimentação, compras, contratação de pessoal etc. Fazemos as compras por meio de licitações e damos preferência para o comércio local. Há mais agilidade nas contratações, na prestação dos serviços, e no atendimento específico dos presidiários, principalmente nos seus processos criminais. São 56 funcionários, todos recrutados em Tupi Paulista, entre profissionais especializados e de serviços gerais. Todos são contratados pela CLT e recebem mais que o piso salarial da categoria. O cargo de presidente não é remunerado, atuando apenas como voluntário, inclusive, tendo que comprometer seus bens pessoais como forma de garantia pelo trabalho prestado. Trata-se de compromisso social e realização pessoal. Por meio desse sistema, o Estado tem uma economia em torno de 30% e nós, da sociedade, temos um

certo controle sobre o que está acontecendo, pois atuamos dentro do presídio. (Entrevista concedida em 6/2/2007)

A advogada Inajara Simini Gutierrez (35 anos) destaca alguns aspectos do seu trabalho sob o sistema terceirizado:

Nesse presídio, predominam sentenciados de penas longas, que respondem por crimes contra o patrimônio, roubo, latrocínio, tráfico, e também homicídios. Somos sete advogados, e cada um tem, em média, 130 sentenciados. Isso garante um atendimento mais próximo e bastante agilização nos seus processos criminais. Antes da atuação da ONG, eles eram atendidos pelo sistema convencional, que conta com pouquíssimos advogados e apoio de estagiários. Quando começamos, havia processos parados há mais de quatro anos. Muitos já podiam contar com benefícios, como a progressão ao regime semi-aberto e livramento condicional da pena. A Vara de Execução Penal localizava-se em São Paulo, hoje, está em Presidente Prudente, o que agiliza ainda mais o trabalho. A receptividade dos sentenciados é muito boa, percebe-se que são muito agradecidos. Nas últimas rebeliões, em que o atendimento foi suspenso em vários presídios, no de Tupi Paulista nós continuamos trabalhando normalmente, pois não houve nenhuma movimentação que sugerisse algum tipo de motim. Acredito que esse comportamento deveu-se, também, ao fato de os detentos sentirem que têm um atendimento próximo tanto na questão jurídica quanto na saúde, apoio psicológico, alimentação de boa qualidade, e instalações decentes, pois eram carecedores dessa atenção. (Entrevista concedida em 6/2/2007)

O cozinheiro Jéferson Ferrari comenta a sua experiência:

Tenho 29 anos, sou casado, e pai de um filho. Mesmo com o ensino médio concluído, eu estava parado há mais de um ano quando surgiu a oportunidade de trabalhar como chefe de cozinha no presídio. Em cidades pequenas, não é muito grande a oferta de empregos. Em Tupi Paulista, essa ONG está entre as empresas que oferecem os maiores números de emprego. Gosto do meu trabalho, sou registrado, tenho toda as garantias que o regime celetista prevê, e o salário é superior ao piso da categoria. (Entrevista concedida em 8/2/2007)

Tentou-se autorização, junto à Secretaria de Administração Penitenciária, para se entrevistar alguns detentos, com o objetivo de ouvir pessoas diretamente atendidas pelo sistema alternativo de gestão, porém, a resposta foi negativa. Em virtude das intensas rebeliões ocorridas na fase da consulta, a comunicação havia sido suspensa.

Considerações finais

A contradição neoliberal materializou o seu lado mais cruel nesses edifícios opacos, agora dispersos por todo o Estado de São Paulo. A descentralização dos presídios para o interior paulista apresenta-se ainda como uma questão em aberto, que requer reflexões de todos os segmentos envolvidos e estudos específicos para detectar e prever impactos não dimensionados. Para conclusões

mais precisas, fazem-se necessários outros referenciais, como dados dos conselhos tutelares, das secretarias municipais de educação, associações comerciais, santas casas, postos de saúde, entre outros.

Apesar de os dados oficiais apontarem redução na ocorrência dos delitos no período de 2000 a 2006 e de as autoridades locais enfatizarem os aspectos positivos da recepção dos presídios, há uma insegurança latente na população. Não se sabe o que está por vir, quer seja em relação à recepção de novas unidades prisionais, o risco iminente de rebeliões, a fuga de detentos, a sua liberdade após o cumprimento da pena e a dificuldade de inserção social, a rede paralela do crime organizado que pode instalar-se nas cidades sem estrutura para combatê-la, entre outras ameaças. Destaca-se, ainda, o aspecto psicológico da presença de presídio na cidade, contribuindo para adjetivar pejorativamente a sua imagem.

Também não são claros os critérios de escolha dos municípios receptores das unidades prisionais, nem se considera, em muitos casos, a vontade da população. Sabe-se que a política de segurança pública é de competência do Estado, não cabendo ao município o poder de decisão sobre a instalação ou não de unidades prisionais, porém, há negociações que fogem a esse princípio legal.

O debate, o engajamento, e o comprometimento de todos os cidadãos são meios eficazes de se encontrar soluções conjuntas para superar modelos calcados na competição excludente. A sociedade e o Estado, por meio das instituições, devem buscar soluções que minimizem essa realidade.

Referências bibliográficas

GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional.** Tese de doutorado. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2007, 411p.

GOES, Eda M. Transição política e cotidiano penitenciário. **História**, São Paulo, 23 (1-2): 2004, p. 219 – 238.

GONDENSTEIN, L. e SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. *In Fundamentos para o ensino de geografia.* São Paulo: SEE-CENP, 1989, p. 45 – 69.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, M. Laura. **O Brasil - território e sociedade no limiar do século XXI.** 5ª ed. São Paulo: Record, 2003.

SÃO PAULO. Estado. Secretaria de Administração Penitenciária. www.sap.sp.gov.br.